

POLÍTICA DE INDEXAÇÃO EM BIBLIOTECAS DESTINADAS ÀS NECESSIDADES DOS USUÁRIOS DEFICIENTES VISUAIS¹

Indexing policy in libraries aimed at the needs of visually impaired users

Talita Andrade Rodrigues

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - UNESP/Marília
ta.andrade.rodrigues@gmail.com

Mariangela Spotti Lopes Fujita

Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - UNESP/Marília
fujita@marilia.unesp.br

Paula Regina Dal Evedove

Docente do Departamento de Ciência da Informação e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
p.dallevedove@gmail.com

RESUMO: Aborda a temática política de indexação e vem com o intuito de contribuir com a apresentação da política de indexação que atenda às necessidades dos usuários deficientes visuais nas bibliotecas pública e universitária. Realiza um estudo teórico e metodológico sobre política de indexação para acessibilidade e inclusão, no contexto das bibliotecas destinadas às necessidades de tais usuários, observando a política de indexação nessas bibliotecas. Desse modo, destaca a possibilidade de rever e indicar novos estudos com essa temática para, assim, analisar se a atividade de indexação está sendo executada ou até mesmo se há ou não uma realização dos procedimentos pertencentes à política de indexação em bibliotecas destinadas a esses usuários. Aponta como problema a dificuldade em organizar processos e condutas da atividade de indexação em bibliotecas direcionadas aos deficientes visuais, incluindo a ausência e/ou a precariedade de políticas de indexação. Os levantamentos dessas observações formularam-se através da aplicação do questionário e observação participante, nas instituições. A coleta se deu em duas bibliotecas onde a indexação foi analisada, com o intuito de verificar resultados que subsidiem a elaboração de uma política de indexação para bibliotecas e parâmetros para as questões pontuais sobre acessibilidade. Notou-se a necessidade não apenas de uma política de indexação eficiente, mas também de que todos os bibliotecários tenham conhecimento da política de indexação, dos manuais da instituição, para que, dessa forma, se efetive essa tarefa.

¹ (A premissa para as discussões que fundamentam esse estudo, consolidaram-se no trabalho de conclusão de curso: "Política de Indexação em bibliotecas destinadas às necessidades dos deficientes visuais")

PALAVRAS-CHAVE: Linked Data. Web Semântica. Web de Dados. Representação do Conhecimento. Classificação.

ABSTRACT: This study deals with the indexing policy theme and aims to contribute to the presentation of indexing policy that addresses the needs of visually impaired users in public and university libraries. It carries out a theoretical and methodological study on indexation policy for accessibility and inclusion, in the context of libraries aimed at the needs of such users, observing the policy of indexation in these libraries. Thus highlights the possibility to review and indicate further studies with this theme to thereby analyze whether the indexing activity is being performed or even if there are procedures pertaining to the indexing policy in libraries aimed at those users or not. It points out as a problem the difficulty in organizing processes and conducts of the indexing activity in libraries aimed at the visually impaired, including the absence and/or the precariousness of indexation policies. The surveys of these observations were formulated through the application of the questionnaire and participant observation in the institutions. The survey took place in two libraries where the indexation was analyzed, in order to verify results that subsidize the elaboration of a policy of indexation for libraries and parameters for the specific issues about accessibility. It was noted the need not only for an efficient indexing policy, but also for all librarians to be aware of the indexation policy, the institution's manuals, so that this task can be accomplished.

KEYWORDS: Indexation. Indexation policy. Public Library. University library. Accessibility.

1 Introdução

Como indexação, entende-se o processo de extrair de um documento termos que representem o seu assunto, com o objetivo de referenciá-los, de forma condensada, para uma melhor recuperação da informação. Em uma breve definição, segundo a ABNT, o processo de indexação consiste no ato de “[...] identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação.” (ABNT, 1992, p. 2).

Nunes (2004, p. 55) assim se expressa sobre a conceituação da política de indexação para a instituição:

É uma diretriz que explicita as escolhas técnicas (por isso política) que a biblioteca faz (e os bibliotecários precisam observar em suas rotinas), considerando fundamentalmente duas variáveis: o seu usuário e o seu acervo.

Diante desse processo, é aconselhável analisar os elementos que influenciam essa prática profissional, bem como o propósito de atender às necessidades informacionais de cada usuário sem distinção ou barreiras entre os indivíduos. Levando-se em consideração as definições supracitadas, alguns questionamentos

instigam: o objetivo da indexação está sendo realizado especificamente nas bibliotecas participantes da pesquisa, as quais constituem uma instituição de caráter público e, em especial, de caráter universitário? As bibliotecas apresentam uma política de indexação efetiva ou parâmetros que sirvam como guias para a efetivação do processo de indexação, sempre pensando na busca de maneira acessível aos usuários deficientes visuais? Os bibliotecários são orientados e treinados constantemente, para efetuarem o processo de indexação, pensando na acessibilidade, ou o realizam de forma subjetiva? É feito por indexadores treinados/capacitados e preparados com esse universo do deficiente visual? O processo é concretizado pelo homem (indexação manual) ou por programas de computador (indexação automática)? Desse modo, procura-se destacar a importância desses processos, dando-se um enfoque especial à necessidade de uma indexação acessível, na qual a busca por informação contemple principalmente os usuários deficientes visuais (a razão da existência dessas bibliotecas).

Em uma breve definição sobre as questões de acessibilidade, é possível visualizar:

A acessibilidade é um processo ativo associado não só as áreas do conhecimento tecnológico, mas principalmente ao desenvolvimento social. Se houver preocupação em garantir às pessoas com deficiência o direito de participar da elaboração e difusão do conhecimento, certamente poderemos contar com a participação dessas pessoas, de forma dinâmica, em todas as divisões da sociedade. (FERREIRA, 2008, p. 288).

Como destaca Ferreira, a importância de adotarmos uma postura, pensando na acessibilidade, diz respeito a um maior desenvolvimento social. Salienta que o enfoque da indexação é permitir que a busca pela informação seja realizada com êxito, e que o direito pela informação é pertencente a todos os indivíduos, independentemente da condição social, podendo-se associar os objetivos da indexação com a questão da acessibilidade e possibilitar que, de fato, a informação seja oferecida corretamente a todos os indivíduos.

Portanto, a fundamentação que segue contribui com a apresentação da política de indexação que atenda às necessidades dos usuários deficientes visuais, nas bibliotecas pública e universitária. Para tal, realiza-se um estudo teórico e metodológico da política de indexação em bibliotecas destinadas às necessidades desses usuários, a fim de rever e indicar novas discussões com essa temática, para então analisar se a atividade de indexação está sendo executada, ou se são ou não concretizados os procedimentos atinentes à política de indexação nas bibliotecas

participantes deste estudo.

Tendo em vista essas questões, é apontada como problema a dificuldade em organizar processos e condutas da atividade de indexação em bibliotecas direcionadas aos deficientes visuais, incluindo a ausência e/ou precariedade de políticas de indexação.

Para tal, os levantamentos dessas observações formularam-se através da aplicação do questionário e observação participante, nas instituições. A coleta se deu em duas bibliotecas onde a indexação foi examinada, com o intuito de verificar resultados que subsidiem a elaboração de uma política de indexação para bibliotecas e parâmetros para as questões pontuais sobre acessibilidade. Notou-se a necessidade de uma política de indexação eficiente, mas também é necessário que todos os bibliotecários tenham conhecimento da política de indexação e dos manuais da instituição, para que se efetive essa tarefa.

2 Indexação e política de indexação em biblioteca com atendimento às necessidades dos usuários com deficiência visual

Antes de conceituar as temáticas indexação, política de indexação e deficiência visual, devemos considerar a organização da informação. Segundo Guimarães (2009, p.106), a organização da informação

[...] deve ser entendida como um conjunto de procedimentos que incidem sobre um conhecimento socializado (que, por sua vez, é um produto social e tem uma utilidade social e individual), os quais variam em virtude dos contextos em que são produzidos ou os fins a que se destinam, pois a partir destes que se desenvolvem os parâmetros de organização.

Dessa forma, a organização da informação abrange o tratamento da informação com os objetivos da representatividade dos documentos, através do tratamento descritivo e do tratamento temático da informação.

Podemos distinguir os dois tipos:

- O tratamento temático: analisa o documento de acordo com o seu conteúdo. Salientam Silva e Fujita (2004, p. 134):

Dentro da perspectiva evolutiva do tratamento da informação, está vinculada a indexação como operação do tratamento temático que comporta a análise, a síntese e a representação.

- E o tratamento descritivo: analisa o documento, de acordo com a sua forma física.

O processo de indexação engloba a representação temática dos assuntos dos documentos, para posteriormente viabilizar a recuperação do seu conteúdo. Podemos destacar, segundo Chaumier (1988), que a indexação é a parte mais importante da análise documentária. É ela que atribui o valor a um sistema documentário.

Pode-se entender a conceituação da análise documentária da seguinte forma: “Conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação.” (GARDIN, 1981, p. 29 apud SILVA; FUJITA, 2004, p. 136).

Tal fundamentação delimita-se em duas correntes: a francesa, onde o estudo concebe que a indexação é o resultado final da representação concernente à análise documentária; e a corrente inglesa, para a qual a análise documentária e a indexação são processos semelhantes.

Abordando a fundamentação francesa da análise documentária, Chaumier aponta:

Análise documentária é uma operação, ou um conjunto de operações, que se destina a representar o conteúdo de um documento numa forma diferente da sua forma original, a fim de facilitar a consulta ou a referência num estágio superior. (CHAUMIER, 1988, p. 15).

Desse modo, Guimarães (2000) enfatiza que o tratamento, processamento ou organização da informação referente à análise documentária destinam-se à natureza descritiva dos documentos, (física) ou temática (conteúdo), de diferentes suportes informacionais, de maneira que os mesmos possam ser localizados (no primeiro caso) e acessados em termos de assunto (no segundo caso).

Uma segunda definição leva em conta esse processo interligado à questão de indexação:

É um macro universo no qual a indexação está inserida. A indexação é então, o resultado da fase de representação, fase final da análise documentária, em que se utilizam as linguagens documentárias para a geração de produtos documentários (índices, classificatórias, etc.). (GUIMARÃES, 2000, p. 5).

Para entender o que aborda a análise documentária e a indexação, Fujita descreve essa relação da seguinte maneira:

Dentro desse bojo de evolução de técnicas de tratamento da informação, está ligada a análise documentária como extensão do tratamento temático que comporta a geração de resumos e a indexação. (FUJITA, 2003, p. 61).

Portanto, a indexação, na análise documentária, também é reconhecida pelos sistemas de informação como a parte mais importante, porque condiciona os resultados de uma estratégia de busca (FUJITA, 2003). Logo, a análise documentária

é um processo pertencente e resultante da indexação.

Para Santos (2011), a indexação é atividade integrante do tratamento temático da informação que tem por finalidade extrair termos representativos do assunto de documentos, com o objetivo de referenciá-los para uma melhor recuperação e, dessa forma, é um método de Organização e Representação da Informação. Para a UNISIST, a indexação formula-se “[...] como a ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto.” (UNISIST, 1981, p. 84).

Ademais, ressalta Nunes (2004, p. 55), sobre o conceito de indexação e, conseqüentemente, de recuperação da informação:

A recuperação de informações armazenadas num catálogo ou numa base de dados bibliográfica depende fundamentalmente de uma boa indexação dos assuntos contidos nos documentos incorporados ao acervo de uma biblioteca. Indexar significa representar o conteúdo temático de um documento, o que se faz mediante a determinação do assunto de que trata o documento, a seleção dos conceitos relevantes associados ao assunto determinado e à tradução desses conceitos para os termos autorizados de uma linguagem documentária.

De acordo com Silva e Fujita (2004), esse conceito só surgiu a partir da elaboração de índices, mas, atualmente vincula-se à análise de assunto. Acrescentam Borko e Bernier (1978, p. 8 apud FUJITA, 2004): “É o processo de analisar o conteúdo informacional dos registros do conhecimento e sua expressão na linguagem do sistema de indexação.”

Desse modo, o propósito da indexação é representar os documentos de maneira condensada, mas é importante salientar que essa representação é um processo intelectual do profissional e também depende de questões como o contexto físico, sua compreensão diante da linguagem documentária e as necessidades da instituição, assim como as dos usuários. É importante considerar que,

[...] se aceitamos que a indexação é mais eficiente quando se orienta para as necessidades de um determinado grupo de usuários, a função do indexador será prever os tipos de pedidos para os quais determinado documento será provavelmente uma resposta útil. (LANCASTER, 2004, p. 17).

Nesse sentido, é necessário que a indexação seja a mais consistente e criteriosa possível, de modo a não se perder a informação no instante da busca.

Após as breves definições sobre indexação, há que se ressaltar o processo de indexação, que abrange a representação temática dos assuntos dos documentos, para posteriormente, viabilizar a recuperação do seu conteúdo. Rubi (2009, p. 81) apresentam uma definição de representação temática:

Identificação do conteúdo do documento, por meio do processo de análise de assunto, e a representação desse conteúdo através de conceitos, que por sua vez, serão representados ou traduzidos em termos advindos de uma linguagem documentária, com vistas à intermediação entre o documento e o usuário no momento da recuperação da informação, seja em índices, catálogos ou base de dados.

Identificação do conteúdo do documento, por meio do processo de análise de assunto, e a representação desse conteúdo através de conceitos, que por sua vez, serão representados ou traduzidos em termos advindos de uma linguagem documentária, com vistas à intermediação entre o documento e o usuário no momento da recuperação da informação, seja em índices, catálogos ou base de dados.

Diante de tais pontuações, destaca-se ainda a importância da política de indexação que diz respeito a uma postura administrativa, a qual deve ser adotada pela biblioteca e que interferirá diretamente nos demais processos da instituição. Rubi (2004, p. 16) trata a política de indexação como

[...] uma decisão administrativa indispensável a um sistema de recuperação de informação, pois somente depois de seu estabelecimento é que o sistema em questão poderá definir suas características principais.

Por conseguinte, a partir das considerações mencionadas, observa-se a necessidade da indexação, bem como dos seus processos, de condições de trabalho adequadas e do profissional.

Fujita, Boccato e Rubi (2010, p. 33) asseveram:

O desafio maior, portanto, não é o da aceitação do catalogador pela introdução da indexação em sua rotina de trabalho. A questão que fica pendente em torno da proposta são as condições de trabalho a serem adequadas em função da necessidade de incluir a indexação na catalogação que, a nosso ver, estão atreladas à discussão de uma política de indexação para bibliotecas que conduza decisões administrativas promotoras de mudanças em função da qualidade e especificidade da recuperação dos catálogos.

Cada biblioteca possui sua peculiaridade em relação ao acervo, à equipe e à própria organização, o que interfere no processo da indexação. Por isso, é importante salientar que uma política de indexação se faz necessária para auxiliar os profissionais e a própria instituição, evitando perda de tempo no fazer.

3 Política de Indexação

A política de indexação, dentro de uma biblioteca, precisa ser observada, pois seu propósito é o de apontar diretrizes capazes de auxiliar na consistência da indexação, na formulação de manuais e na conduta do profissional com esse fazer. Nesse contexto, a relevância da Política de Indexação pode ser abordada da seguinte maneira:

A adoção de uma Política de Indexação torna-se imprescindível, pois ela será norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para a otimização do serviço e da racionalização dos processos. (FUJITA, 2012, p. 17).

É importante destacar que as políticas diferem dos manuais. Esclarece Almeida (2000, p. 06): “As políticas ou diretrizes são planos gerais de ação, guias genéricos que estabelecem guias mestras, orientam a tomada de decisão e dão estabilidade à organização.”

O manual de indexação é parte da documentação oficial da biblioteca e descreve as etapas de realização da análise de assunto, apresenta as regras e procedimentos que devem ser observados pelo indexador e define-se como o meio pelo qual a política de indexação se manifesta (RUBI, 2008, p. 42).

Carneiro (1985, p. 221) traz processos a se considerar, na política de indexação:

São elementos a considerar na elaboração de uma política de indexação: cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos, o processo de indexação (níveis de exaustividade e especificidade, capacidade de revocação e precisão, linguagem), estratégia de busca, forma de saída, tempo de resposta do sistema, avaliação do sistema [...].

Com base na literatura, ressaltam-se também os processos relativos à indexação, conforme se verifica na sequência:

A exaustividade é a extensão com que determinado documento é indexado, isto é, o número de conceitos contidos nos documentos utilizados na indexação. (PIEIDADE, 1997, p. 3).

Tendo em vista a significância desse procedimento, verifica-se ainda a dificuldade em se consolidar as políticas de indexação nas bibliotecas e a ausência de aportes para discussões, Nunes (2004, p. 56) salienta que as “[...] políticas de indexação são praticadas intuitiva e informalmente, motivo pelo qual são desconhecidas na literatura.”

Atentando-se para as definições de indexação já mencionadas e focando na relevância de se destacar uma política de indexação na qual deficientes visuais sejam

os usuários principais de uma instituição, é necessário que se saiba que o propósito da acessibilidade é permitir que o indivíduo que possui alguma deficiência (visual, física, auditiva, intelectual) tenha a possibilidade e a facilidade de utilizar todos os recursos urbanos e os meios de comunicação, de modo que, independentemente da sua limitação, esses sujeitos possam participar ativamente da sociedade.

4 Acessibilidade e inclusão: bibliotecas destinandas às necessidades dos usuários deficientes visuais

Podemos conceituar acessibilidade, conforme a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, como:

Art. 2, Parágrafo I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida [...] (BRASIL, 2000, p.-)

Pensando em tal contexto, juntamente com o propósito da inclusão social, Ferreira enfatiza:

A acessibilidade significa facilidade de interação, aproximação. A acessibilidade da informação está associada a ações que se têm como objetivo tornar a informação mais acessível para os usuários [...] (FERREIRA, 2008, p. 284).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência destaca a importância e a igualdade desses indivíduos, na participação da vida cultural e em recreação, lazer e esporte:

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:
 - a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;
 - b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais em formatos acessíveis; e
 - c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional. (BRASIL, 2011, p. 58-59).

Percebe-se que, com as questões da acessibilidade tão latentes e discutidas nos dias atuais, não podemos considerar que, para o deficiente visual, físico, auditivo, intelectual, entre outros, existam barreiras. São esses elementos, por exemplo, que impossibilitam a acessibilidade dos indivíduos e são esses elementos também que devem ser considerados, discutidos e avaliados por gestores e funcionários das

bibliotecas, como fatores que impedem a inclusão social, pois a ausência de critérios de acessibilidade numa unidade informacional põe em discussão a visibilidade da biblioteca diante dos seus usuários, além de sua função de ser um espaço onde se pode difundir a informação e o conhecimento a todos os indivíduos.

Diante disso, é necessário que as bibliotecas se preocupem com esses usuários, de maneira que tais espaços estejam preparados. A existência de bibliotecas com um acervo acessível e profissionais habilitados para lidar com questões de inclusão não pode ser desconsiderada, bem como as bibliotecas especializadas nesse contexto, como o caso das bibliotecas que possuem o propósito de atender a todos os usuários deficientes visuais.

O juramento do bibliotecário salienta a dignidade da pessoa humana: “Art. 1º - “Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de Bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana”. (BRASIL, 1966, p. 2361). Assim, essa ponderação deve ser lembrada na prática profissional e, acima de tudo, aplicada.

5 Metodologia

Desenvolveu-se uma pesquisa de campo, tendo sido adotadas técnicas de observação aplicadas através de questionário, observação participante e, por fim, a pesquisa documental. A análise dos dados coletados foi efetuada de modo qualitativo. Para a sua realização, utilizou-se, como procedimentos metodológicos, a seleção de duas bibliotecas, sendo uma pública e outra universitária, ambas que atendessem ao universo da deficiência visual, tendo-se procurado fazer uma reflexão crítica, com a finalidade de identificar se há, nas instituições, diretrizes para a política de indexação ou o que pode ser adequado a essas bibliotecas. Assim, observou-se a política de indexação em bibliotecas com atendimento aos usuários deficientes visuais, através da visita às bibliotecas e entrevista destinada aos profissionais, quando foi possível examinar a prática e a execução da indexação no contexto da acessibilidade, para, assim, se obter um grau de interação do pesquisador com o profissional e para que se compreendesse a realidade profissional, nesse contexto.

Para a coleta dos dados, aplicou-se um questionário, nas instituições, procurando compreender o processo de indexação e se as referidas bibliotecas possuem uma política. Desse modo, obteve-se a possibilidade de observar se os

profissionais realmente realizam a indexação e se efetivamente adotam uma política de indexação, além de se verificar a existência ou inexistência de um manual de indexação, nas bibliotecas.

Os resultados obtidos, através da aplicação do questionário, retrataram a realidade no contexto da política de indexação, tornando-se possível apontar o que já foi efetivado ou não, pelas bibliotecas, e o que deve ser solucionado ou mantido, com o propósito de aprimorar as discussões que envolvem a temática política de indexação, principalmente no contexto de deficiência visual.

Em seguida, realizou-se a observação participante, por meio da aplicação inicial do questionário. Essa observação consistiu em desenvolver um maior contato do pesquisador com o sujeito, procurando obter um grau de interação com a realidade profissional, por intermédio de entrevista semiestruturada, coleta de documentação e observação participante voltada aos catalogadores e responsáveis pela biblioteca, para discussão e coleta de dados da realidade de atuação profissional sobre política de indexação, experiências da elaboração de política de indexação e manuais de indexação, no universo da deficiência visual.

Diante disso, compararam-se os resultados obtidos, pela aplicação do questionário, com a realidade vista pela observação participante. Dessa forma, foi possível validar e solidificar os resultados obtidos nessas instituições participantes.

6 Discussões dos resultados

Em face das discussões suscitadas no decorrer deste estudo, levantaram-se as seguintes ponderações acerca do processo de indexação e da deficiência visual, nas bibliotecas participantes (universitária e pública):

6.1 Biblioteca Universitária/Setor Braille

A biblioteca procura lidar com a realidade da deficiência visual. Possui livros e audiolivros, no acervo; normalmente, para a prática de indexação desses materiais e, posteriormente, em vista da possibilidade de uma busca mais simples ao usuário, utiliza sempre, como um dos assuntos, “livros falados”, para o caso da deficiência visual, o que auxilia na busca. Não há uma política de indexação que se destine somente às obras para deficientes visuais, de sorte que a política adotada é

a mesma para todos os tipos de documentos.

Há o cuidado de especificar por leitor/narrador das obras (no caso de audiolivros), o que faz diferença para o usuário deficiente visual, pois, às vezes, a voz e a leitura de um profissional não contemplam tanto o usuário, variando muito de indivíduo a indivíduo.

A biblioteca considera os diferentes suportes de leitura voltados para a deficiência visual: Braille, audiolivros, vídeos, CDs. Realiza um estudo de cada suporte e tem um cuidado ao manipular e fornecer, da maneira mais precisa, a organização desses tipos de suporte.

Os audiolivros disponibilizados pelas editoras que atendam ao usuário deficiente visual (Fundação Dorina Nowill, por exemplo) normalmente dispõem de informações muito sucintas e, mesmo na página da editora, não há muitos dados, o que dificulta a descrição e a organização desses documentos, no acervo. A Fundação Dorina Nowill para Cegos é a mais usada para a organização desses materiais.

Mesmo que exista o livro em Braille, este pode existir em outros formatos, na biblioteca. Por enquanto, não há a possibilidade de se propor uma organização voltada somente ao deficiente visual. Em geral, quando o livro existe no suporte tinta e no Braille, faz-se uma busca para ver como ele está indexado no recurso à tinta, de modo a se assemelhar esse processo, acrescentando sempre o assunto “livro falado”.

Os bibliotecários (aproximadamente quatro) aprenderam em conjunto a lidar com a prática profissional, de modo que a instituição acredita que o trabalho realizado em grupo pode nortear mais discussões e aprimorar o aprendizado.

Quando os bibliotecários apresentam alguma dúvida pontual sobre como descrever o recurso para o deficiente, recorre-se ao usuário sem visão, e o mesmo auxilia e propõe termos cabíveis à busca.

Em suma, observa-se que o ideal é que a instituição possua uma política de indexação bem formalizada, se preocupe em desenvolver essa prática profissional e esteja atenta para que a busca e, posteriormente, a recuperação da informação sejam satisfatórias ao usuário.

6.2 Biblioteca pública/Setor Braille

É necessário que a instituição aponte uma política de indexação efetiva, de modo a auxiliar a prática profissional. Entretanto, nem sempre os padrões de organização da informação adotados se demonstram únicos. Na biblioteca pública, os profissionais habilitados para lidar com a questão da deficiência visual na instituição também possuem essa dificuldade, de modo que têm uma compreensão diferenciada diante das necessidades dos usuários nas bibliotecas e procuram atender a esse universo.

Na observação participante, nota-se que a instituição em discussão consolida suas diretrizes de organização da informação, a partir das concepções formuladas entre usuário e profissionais, a fim de que a informação seja disseminada da maneira mais prática possível. Porém, nem sempre o que norteia isso é a catalogação, classificação e indexação, mas, na verdade, critérios mais subjetivos, como a elaboração de uma “ficha catalográfica” que apresenta um tamanho ampliado, necessário para a escrita Braille; as informações sobre a descrição de tal recurso informacional não são feitas da forma que se propõe no AACR, por exemplo.

É importante salientar que o processo cognitivo de um usuário deficiente visual não é o mesmo de um usuário com visão total, pois cada indivíduo possui uma realidade diante do pensamento, da percepção e do entendimento de mundo, o que altera muito os processos de organização da informação.

Embora o Braille se apresente como um setor pertencente à biblioteca pública, há projetos para desvincular esse setor e torná-lo uma biblioteca destinada totalmente aos deficientes visuais. Percebe-se que se desenvolvem as tarefas de um modo subjetivo e não recomendável, porque o desconhecimento da equipe, no que concerne à indexação, e a inexistência de diretrizes e manuais para a prática profissional dificultam o fazer, de sorte que, se houvesse, seria auxiliador e esclarecedor para a prática profissional.

7 Considerações Finais

De acordo com as observações realizadas nas bibliotecas participantes deste estudo, verifica-se que a política de indexação é um processo de grande importância para qualquer tipo de instituição, pois, com base na sua fundamentação, têm-se procedimentos de padronização para o processo de indexação e cria-se uma

visibilidade com respeito ao usuário, considerando que a regulamentação desse fazer auxiliará na busca da informação e cumprirá com o seu propósito.

Através do questionário e, principalmente pela observação participante, foi possível visualizar a necessidade dessas políticas regulamentadas por intermédio de manuais nas bibliotecas, ou até mesmo da consistência no uso desses manuais.

Nas observações, foi constatado que uma biblioteca dispõe de uma política de indexação regulamentada e a outra não, entretanto, no critério de organização da informação utilizado, os usuários encontram os recursos informacionais e a biblioteca está sempre com atividades e com setor ativo.

Percebe-se que a biblioteca que direciona seu fazer a partir de manuais propõe apenas uma breve discussão sobre indexação e sua prática, não havendo também partes com observações destinadas apenas ao tratamento de materiais para os deficientes visuais. Embora seja visível a preocupação das duas instituições participantes da pesquisa com esse universo, a consolidação dessas diretrizes é complicada, uma vez que ainda existem muitas dúvidas e pouco aporte da Ciência da Informação, nesse âmbito.

Um aspecto relevante a se considerar, neste estudo, foi o tipo de organização e, principalmente, o perfil do usuário, o “universo” no qual ele está inserido, ou seja, a sua localização geográfica, as suas necessidades informacionais. Nesse caso, foi necessário considerar primordialmente a deficiência visual dos usuários, o que é igualmente um fator determinante na biblioteca. Uma biblioteca pública não usará os mesmos procedimentos que uma biblioteca universitária: com efeito, o usuário de uma biblioteca universitária e/ou especializada possui uma necessidade informacional mais específica, enquanto o usuário de uma biblioteca pública procura, em sua grande maioria, uma informação geral. Isso altera a formação e a atualização do profissional e, por consequência, os seus processos, o que pode ser visualizado no contexto das bibliotecas participantes deste estudo.

Notou-se a preocupação de uma política de indexação eficiente, nas bibliotecas, além de estudos e “reciclagem” contínua, para que todos os bibliotecários tenham conhecimento da política de indexação, dos manuais da instituição, para que, assim, se efetive essa tarefa.

Por fim, os estudos apontados neste trabalho salientam que a Ciência da Informação necessita de maior fundamentação relacionada às questões da política

de indexação, além de estudos que se direcionem às questões de acessibilidade e inclusão. O propósito dessa tarefa não é apenas discutir diretrizes a fim de se executar uma tarefa contínua e metódica, mas auxiliar e facilitar a execução das tarefas, para o profissional, no planejamento da instituição, tornando a biblioteca um espaço de maior visibilidade. É importante que as unidades de informação levem em conta, ainda, a questão da acessibilidade e proponham profissionais habilitados para lidar com tais questões, permitindo que a informação seja, de fato, destinada a todos os usuários, independentemente da sua condição.

A deficiência é uma questão social e não se configura apenas em um indivíduo, devido a suas limitações ou a sua mobilidade reduzida. Existem preconceitos, estigmas e é exatamente nesses pontos que se limita e se reduz o direito dos indivíduos de serem participantes e ativos, os quais devem ser considerados, discutidos e apontados pelos profissionais da informação, no instante em que o seu fazer se dá com a proposta inicial de “disseminar a informação a todos”.

Referências

ABNT. NBR 12676: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992. p. 1-4.

ALMEIDA, M. C. B. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação. Brasília: Briquet de Lemos, 2000.

BRASIL. Lei nº 4084, de 10 de julho de 1962. Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: < http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolucao_006-66.pdf > . Acesso em: 21 jul. 2013.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Brasília: Senado, 2006.

BRASIL. Lei nº 186, de 09 de julho de 2008. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. Revista da Escola

de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CHAUMIER, J. Indexação: conceitos, etapas e instrumentos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 21, p. 63-79, jan./jun. 1988.

FERREIRA, A. F. B. C. Biblioteca Louis Braille do instituto Benjamin Constant: assegurando ao deficiente visual acesso ao conhecimento. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 13, n.1, p. 282-290, jan./jun. 2008.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/viewissue.php?id=1>>. Acesso em: 07 abr. 2012.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v.5, n.4, ago. 2004. Disponível em: http://www.dgz.org.br/ago04/F_I_art.htm. Acesso em: 07 abr. 2012.

FUJITA, M. S. L. (Org.) *A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

FUJITA, M. S. L. *Política de indexação para bibliotecas*. Marília: UNESP; CNPq, 2010. (Projeto de pesquisa).

FUJITA, M. S. L.; BOCCATO, V. R. C.; RUBI, M. P. O contexto da indexação para a catalogação de livros em abordagem sociocognitiva. *BJIS*, Marília, v.4, n.2, p. 22-40, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/index>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

GUIMARÃES, J. A. C. *Indexação em um contexto de novas tecnologias*. 2000. 10p. (texto didático).

GUIMARÃES, J. A. C. *Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental*. IBERSID, 2009.

LANCASTER F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

NUNES, C. O. *Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras*. *Biblos*, Rio Grande, n. 16, p. 55-61, 2004.

PIEIDADE, M. A. R. *Introdução à teoria da classificação*. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

RUBI, M. P. *A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional*. 2004. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

RUBI, M. P. Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias. 2008. 166. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

SANTOS, L. B. P. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico na região de Marília. 2011. Relatório (Bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico CNPq) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

SILVA, M. R; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004.

UNISIST. Princípios de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.83-94, mar.1981.